

Mel II

Mel 2 Energia Renovável S.A. CNPJ nº 12.107.032/0001-70 Companhia Fechada



RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO

2012

Senhores Acionistas,

A Administração da MEL 2 Energia Renovável S.A., em conformidade com as disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de Vossas Senhorias, as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2012 que representam a situação da Sociedade no período mencionado. Estamos ao inteiro dispor de Vossas Senhorias para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários. Rio de Janeiro, 25 de março de 2013. A Administração.

BALANÇO PATRIMONIAL

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

Em milhares de reais

ATIVO	Notas	31/12/12	31/12/11	PASSIVO	Notas	31/12/12	31/12/11
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	3	7.687	5.534	Fornecedores	7	2.399	-
Títulos e valores mobiliários	4	-	714	Empréstimos e financiamentos	8	1.163	-
Impostos e contribuições a recuperar	5	344	-	Impostos e contribuições a recolher	9	510	6
TOTAL DO CIRCULANTE		8.031	6.248	Dividendos e juros sobre capital próprio	10	95	-
				Provisões		4	-
				Partes relacionadas	12	308	-
				Outros passivos circulantes		91	-
				TOTAL DO CIRCULANTE		4.570	6
NÃO CIRCULANTE				NÃO CIRCULANTE			
Títulos e valores mobiliários	4	322	-	Empréstimos e financiamentos	8	51.479	-
Imobilizado	6	74.997	1.600	Partes relacionadas	12	-	7.824
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		75.319	1.600	TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		51.479	7.824
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO	11		
				Capital social		26.979	1
				Reservas de lucros		38	17
				Proposta de distribuição de dividendos adicionais		284	-
				TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		27.301	18
TOTAL DO ATIVO		83.350	7.848	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		83.350	7.848

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Informações Gerais

A empresa Mel 2 Energia Renovável S.A. é uma sociedade de propósito específico (SPE), 100% FE Participações S.A., que é uma SPE 100% Força Eólica do Brasil S.A. Mel 2 Energia Renovável S.A. é proprietária do projeto eólico Mel 2, produto do segundo Leilão de Fontes Alternativas da ANEEL, em 2010. Está localizado no município de Areia Branca (RN) com operação prevista para o primeiro semestre de 2013. Este parque eólico conta com a implantação de 10 aerogeradores, totalizando uma capacidade instalada de 20 MW e energia contratada de 9,3 MW médios.

A Administração da Companhia autorizou a conclusão da elaboração destas demonstrações financeiras em 30/01/2013, as quais estão expressas em milhares de reais, arredondadas ao milhar mais próximo, exceto quando indicado.

2 Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras

2.1 - Base de apresentação

As demonstrações financeiras da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB.

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas contábeis, baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras.

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações técnicas emitidas pelo CPC que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2012.

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo foram aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras.

2.2 - Conversão de saldos em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

2.3 - Imposto de renda e contribuição social corrente

As despesas de imposto de renda e contribuição social são calculadas e registradas conforme legislação vigente e incluem os impostos correntes. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto para os casos em que estiverem diretamente relacionados a item registrados diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

Em 2012 as alíquotas aplicáveis do imposto de renda e da contribuição social ("IR e CS") com base no lucro real são de 25% e 9%, respectivamente.

2.4 - Instrumentos financeiros

a) Ativos financeiros

Os ativos financeiros da Companhia estão classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado (os mantidos para negociação e os designados assim no reconhecimento inicial), empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda ou derivativos classificados como instrumentos de *hedge* eficazes.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de ativos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, títulos e valores mobiliários e outros créditos.

a.1) Mensuração subsequente dos ativos financeiros

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

• Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo.

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado.

a.2) Desreconhecimento (baixa) dos ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

• Os direitos de receber fluxos de caixa de o ativo expirarem

A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasso"; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros da Companhia referem-se a empréstimos e financiamentos e derivativos classificados como valor justo por meio do resultado, conforme o caso. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Notas	31/12/12	31/12/11
RECEITA LÍQUIDA			
CUSTOS DOS SERVIÇOS			
LUCRO BRUTO			
LUCRO OPERACIONAL			
Receitas financeiras		579	24
Despesas financeiras		(10)	-
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		569	24
Imposto de renda e contribuição social		(169)	(6)
Corrente		(169)	(6)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		400	18
LUCRO BÁSICO POR AÇÃO - R\$			
Ordinária		0,01	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

Em milhares de reais

	Reservas de Lucros				Proposta de Distribuição de Dividendos Adicionais	Total do Patrimônio Líquido
	Capital Social	Reserva Legal	Reserva de Retenção de Lucros	Lucros Acumulados		
Saldos em 31 de dezembro de 2011	1	-	18	(1)	-	18
Aumento de capital	26.978	-	-	-	-	26.978
Lucro líquido do exercício	-	-	-	400	-	400
Reserva legal	-	20	-	(20)	-	-
Dividendos propostos	-	-	-	(379)	284	(95)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	26.979	20	18	-	284	27.301

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

Em milhares de reais

	31/12/12	31/12/11
FLUXO DE CAIXA OPERACIONAL		
Lucro (prejuízo) líquido do exercício (antes dos impostos)	569	24
AJUSTES PARA CONCILIAR O LUCRO AO CAIXA ORIUNDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Provisão (reversão) para contingências cíveis, fiscais e trabalhistas	4	-
	573	24
(AUMENTO) REDUÇÃO DOS ATIVOS OPERACIONAIS		
IR e CSLL a recuperar	(257)	-
Impostos e contribuições a recuperar, exceto IR e CSLL	(169)	-
	(426)	-
AUMENTO (REDUÇÃO) DOS PASSIVOS OPERACIONAIS		
Fornecedores	2.399	-
Impostos e contribuições a recolher, exceto IR e CSLL	501	-
Partes relacionadas	(7.516)	7.824
Imposto de renda (IR) e contribuição social sobre lucro líquido (CSLL) pagos	(84)	-
Outros passivos	91	-
	(4.609)	7.824
CAIXA ORIUNDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(4.462)	7.848
ATIVIDADE DE INVESTIMENTO		
Aquisição de imobilizado	(72.776)	(1.600)
Aplicação em títulos e valores mobiliários	-	(714)
Resgate de títulos e valores mobiliários	392	-
GERAÇÃO (UTILIZAÇÃO) DE CAIXA EM ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(72.384)	(2.314)
ATIVIDADE DE FINANCIAMENTO		
Aumento (redução) de Capital	26.978	-
Captação de empréstimos e financiamentos	52.021	-
UTILIZAÇÃO DE CAIXA EM ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	78.999	-
AUMENTO (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	2.153	5.534
Caixa e equivalentes no início do exercício	5.534	-
Caixa e equivalentes no final do exercício	7.687	5.534
VARIAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA	2.153	5.534

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Mel II

Mel 2 Energia Renovável S.A. CNPJ nº 12.107.032/0001-70 Companhia Fechada



→ Continuação

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos.

b.1) Mensuração subsequente dos passivos financeiros

A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

- Empréstimos e financiamentos

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa efetiva de juros.

b.2) Desreconhecimento (baixa) dos passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

2.5 - Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos de caixa, depósitos bancários à vista e as aplicações financeiras com liquidez imediata, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

2.6 - Títulos e valores mobiliários

São classificados como ativos financeiros mantidos até o vencimento, e estão demonstrados ao custo amortizado, acrescido das remunerações contratadas, reconhecidas proporcionalmente até as datas-base das demonstrações contábeis, equivalentes ao seu valor justo.

2.7 - Empréstimos, financiamentos

As obrigações em moeda nacional e estrangeira são atualizadas pela variação monetária e pelas taxas efetivas de juros, incorridas até as datas dos balanços, de acordo com os termos dos contratos financeiros, deduzidas dos custos de transação incorridos na captação dos recursos.

Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do período, quando incorridos.

2.8 - Distribuição de dividendos

A política de reconhecimento contábil de dividendos está em consonância com as normas previstas no Pronunciamento Técnico CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes e na Interpretação Técnica ICPC 08 - Contabilização da proposta de pagamento de dividendos, as quais determinam que os dividendos propostos a serem pagos e que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante.

O estatuto social da Companhia estabelece que, no mínimo, 25% do lucro líquido anual seja distribuído, a título de dividendos, após destinação da reserva legal.

Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários, que deverão estar respaldados em resultados revisados por empresa independente, contendo projeção dos fluxos de caixa que demonstrem a viabilidade da proposta.

Desse modo, no encerramento do exercício social e após as devidas destinações legais a Companhia registra a provisão equivalente ao dividendo mínimo obrigatório ainda não distribuído no curso do exercício, ao passo que registra os dividendos propostos excedentes ao mínimo obrigatório como "Proposta de distribuição de dividendo adicional" no patrimônio líquido.

A Companhia distribuiu juros a título de remuneração sobre o capital próprio, nos termos do Art. 9º, parágrafo 7º da Lei nº 9.249, de 26/12/95, os quais são dedutíveis para fins fiscais e considerados parte dos dividendos obrigatórios.

Os dividendos e juros sobre o capital próprio, não reclamados no prazo de três anos, são revertidos para a Companhia.

2.9 - Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM nº 641, de 7 de outubro de 2010, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2) - Demonstração dos fluxos de caixa ("CPC 03").

2.10 - Novos Pronunciamentos Contábeis

2.10.1 - Pronunciamentos técnicos revisados pelo CPC em 2012

Alguns procedimentos técnicos e interpretações emitidas pelo CPC foram revisados e têm a sua adoção obrigatória para o período iniciado em 01/01/2012.

Segue abaixo a avaliação da Companhia dos impactos das alterações destes procedimentos e interpretações: ICPC 08 (R1) - Contabilização da proposta de pagamento de dividendos - aprovado pela Deliberação CVM nº 683, de 30 de agosto de 2012. A revisão desta norma não impactou as demonstrações financeiras da Companhia.

ICPC 09 (R1) - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial - aprovado pela Deliberação CVM nº 687, de 4 de outubro de 2012. A revisão desta norma não impactou as demonstrações financeiras da Companhia. CPC 17 (R1)/IAS 11 - Contratos de Construção - aprovado pela Deliberação CVM nº 691, de 8 de novembro de 2012. A revisão desta norma não impactou as demonstrações financeiras da Companhia.

CPC 30 (R1)/IAS 18 - Receitas - aprovado pela Deliberação CVM nº 692, de 8 de novembro de 2012. A revisão desta norma não impactou as demonstrações financeiras da Companhia.

CPC 35 (R2)/IAS 27 - Demonstrações Separadas - aprovado pela Deliberação CVM nº 693, de 8 de novembro de 2012. A revisão desta norma não impactou as demonstrações financeiras da Companhia.

CPC 40 (R1)/IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação - aprovado pela Deliberação CVM nº 684, de 30 de agosto de 2012. A revisão desta norma não impactou as demonstrações financeiras da Companhia.

2.10.2 - Pronunciamentos técnicos emitidos pelo IASB

Em junho de 2011, o International Accounting Standards Board - IASB emitiu os seguintes pronunciamentos contábeis, cuja adoção obrigatória deverá ser feita a partir de 01/01/2013:

IFRS 9 Instrumentos Financeiros - O IFRS 9 estabelece os princípios de divulgação de ativos e passivos financeiros que irão apresentar informações úteis e relevantes para avaliação dos valores, época e incertezas dos fluxos de caixa futuros.

IFRS 10 Demonstrações Financeiras Consolidadas - O IFRS 10 inclui nova definição de controle na determinação de quais entidades serão incluídas nas demonstrações consolidadas de um grupo. O IFRS 10 substitui em parte o IAS 27 (CPC 36).

IFRS 11 Operações conjuntas - O IFRS 11 prescreve a contabilização para contratos nos quais existem controle conjunto. Consolidação proporcional não será mais permitida para empreendimentos conjuntos e/ou onde haja controle compartilhado.

IFRS 12 Divulgação de participação em outras entidades - O IFRS 12 determina as exigências de divulgação para controladas, controladas em conjunto e/ou empreendimentos conjuntos, coligadas e sociedades de propósito específico. O IFRS 12 substitui requerimentos previamente incluídos nos IAS 27 (CPC 35), IAS 31 (CPC 19) e IAS 28 (CPC 18).

Enquanto aguarda a aprovação das normas internacionais pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis Brasileiro, a Companhia está procedendo sua análise sobre os impactos desses novos pronunciamentos em suas demonstrações financeiras.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Companhia.

3 Caixa e Equivalentes de Caixa

	31/12/12	31/12/11
Caixa e depósitos bancários à vista	35	28
Aplicações financeiras de liquidez imediata:		
Fundos de investimento	7.652	5.506
Total	7.687	5.534

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor justo ou de realização.

As aplicações financeiras são formadas, principalmente, por Fundos de Investimentos Exclusivos, compostos por ativos visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco, podendo conter diversos ativos tais como: títulos de renda fixa, títulos públicos, operações compromissadas, debêntures, CDBs, entre outros. Os valores aplicados são convertidos em cotas com atualização diária e o cálculo do saldo do cotista é feito multiplicando o número de cotas adquiridas pelo valor da cota no dia.

4 Títulos e Valores Mobiliários

Agente financeiro	Tipo de aplicação	Vencimento	Indexador	31/12/12	31/12/11
Banco do Brasil	Fundo BB Polo	(*)	CDI	322	714
Total				322	714

(*) Aplicações sem vencimento pré-determinado.

5 Impostos e Contribuições a Recuperar

	Ref.	31/12/12	31/12/11
Circulante			
Imposto de renda - IR	(a)	133	-
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	(a)	42	-
Imposto sobre serviços - ISS		169	-
Total		344	-

(a) O ativo de Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social (CSLL) antecipado corresponde aos montantes recolhidos quando das apurações tributárias mensais, nos termos do Artigo 2º da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, além das antecipações de aplicações financeiras, retenção de órgãos públicos e retenção na fonte referente a serviços prestados.

6 Imobilizado

O valor dos ativos imobilizados está composto da seguinte forma:

	31/12/12		31/12/11
Em curso	Custo	Valor líquido	Valor líquido
Terrenos	140	140	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	25.490	25.490	-
Máquinas e equipamentos	19	19	-
Adiantamento a fornecedores (a)	(a) 46.721	46.721	-
A ratear (b)	(b) 2.627	2.627	1.600
Total	74.997	74.997	1.600

(a) O saldo é referente ao adiantamento para o contrato de fornecimento de equipamentos e serviços essenciais para a construção dos parques eólicos.

(b) A rubrica "A ratear", destina-se ao reconhecimento dos custos realizados em benefícios da obra, que não sejam passíveis de alocação direta ao respectivo tipo de bem ou direito. A atual administração entende que a alocação dos custos será realizada na iminência de entrada em operação da usina; os custos serão rateados proporcionalmente aos custos diretos atribuídos a cada ativo, salvas as particularidades e naturezas dos custos a ratear.

A movimentação do Imobilizado está apresentada a seguir:

	Em curso		Total
	Custo	Valor líquido	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2011	1.600	1.600	1.600
Adições	73.397	73.397	73.397
Saldos em 31 de dezembro de 2012	74.997	74.997	74.997

7 Fornecedores

A composição do saldo em 31 de dezembro de 2012 e 2011 é como segue:

Fornecedores	31/12/12	31/12/11
Materiais e serviços	2.399	-
Total	2.399	-
Circulante	2.399	-

8 Empréstimos e Financiamentos

A Companhia obteve junto ao BNDES contrato de financiamento direto, assinado em 3 de julho de 2012, e Aditivo nº 1 ao contrato, assinado em 23 de agosto de 2012, destinado à construção e implantação da central geradora eólico, com capacidade de 20 MW e na localidade Areia Branca/RN e com 10 aerogeradores G90 fornecidos pela empresa Gamesa Eólica do Brasil, cujas condições contratuais são as seguintes:

Composição da dívida	Taxa efetiva	Encargos Circulante	Encargos Circulante	Princípios Não circulante	Total 31/12/12
BNDES	TJLP + 2,18% a.a.	621	542	51.479	52.642
Subtotal - BNDES		621	542	51.479	52.642
Total		621	542	51.479	52.642

A captação junto ao BNDES foi realizada em moeda nacional, com a taxa de TJLP + 2,18%, prazo total de 17 anos e 3 meses, pagamento dos juros e amortização do principal mensais, com data de início de pagamento de 15 de novembro de 2013. A operação tem garantia da Neoenergia prestada na forma de fiança e aval, conta reserva da dívida e conta reserva de O&M. Até o momento o BNDES liberou para a Companhia R\$ 52.020.

Os vencimentos das parcelas a longo prazo são os seguintes:

	31/12/12	Total líquido
2014	3.251	
2015	3.251	
2016	3.251	
2017	3.251	
Após 2017	38.475	
Total obrigações	51.479	51.479

Mutações de empréstimos e financiamentos:

	Moeda nacional		Total
	Passivo circulante	Não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2011	-	-	-
Ingressos	68	51.953	52.021
Encargos	621	-	621
Transferências	474	(474)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2012	1.163	51.479	52.642

9 Impostos e Contribuições a Recolher

	31/12/12	31/12/11
Circulante		
Imposto de renda - IR	113	4
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	51	2
Instituto nacional de seguridade social - INSS	219	-
Imposto sobre serviços - ISS	123	-
Outros	4	-
Total	510	6

A seguir é apresentada reconciliação da despesa (receita) dos tributos sobre a renda divulgados e os montantes calculados pela aplicação das alíquotas oficiais em 31 de dezembro de 2012 e 2011.

	31/12/12	31/12/11		
	IR	CSLL	IR	CSLL
Lucro contábil antes do imposto de renda e contribuição social	569	569	24	24
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social após ajuste RTT	569	569	24	24
Alíquota do imposto de renda e contribuição social	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	142	51	6	2

Ajustes ao lucro líquido que afetam o resultado fiscal do período:

(-) Excluídos				
Outras exclusões	(24)	-	-	(2)
	(24)	-	-	(2)
Imposto de renda e contribuição social no período	118	51	6	-
Imposto de renda e contribuição social no resultado	118	51	6	-

10 Dividendos

	31/12/2012
Dividendos mínimos - sobre o lucro líquido	
Ações ordinárias	26.979
Total	26.979
Dividendos mínimos - sobre o lucro líquido ajustado	
Lucro líquido do exercício	400
Absorção de prejuízo acumulado	(1)
Constituição da reserva legal	(20)
Base de cálculo do dividendo	379
Dividendos mínimos obrigatórios	95
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos e propostos:	
Dividendos propostos	95

A formação dos saldos é como segue:

Saldos em 31 de dezembro de 2011	-
Dividendos e juros sobre o capital próprio:	
Propostos	95
Saldos em 31 de dezembro de 2012	95

11 Patrimônio Líquido

a) Capital social

O capital social subscrito em 31 de dezembro de 2012 R\$ 26.979 (R\$ 1 em 2011).

A composição do capital social realizado por classe de ações e acionistas é a seguinte:

	Lote de mil ações					
	Ações Ordinárias					
	Única	%		Única	%	
Acionista						
FE Participações	26.979.190	100,00				
Total	26.979.190	100,00				
	R\$ Mil					
	Ações Ordinárias					
	Única	%		Única	%	
Acionista						
FE Participações	26.979	100,00				
Total	26.979	100,00				

12 Saldos e Transações com Partes Relacionadas

	31/12/12			31/12/11			
Empresas	Natureza de Operação	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
CELPE	Debêntures - Aplicação/Emissão	27	-	-	-	-	-
		27	-	-	-	-	-
COSERN	Debêntures - Aplicação/Emissão	4	-	-	-	-	-
		4	-	-	-	-	-
ITAPEBI	Debêntures - Aplicação/Emissão	42	-	-	-	-	-
		42	-	-	-	-	-
FE PARTICIPAÇÕES	Juros sobre Capital Próprio	-	95	-	-	-	-
	Contrato Mútuo	-	-	(514)	-	-	-
		-	95	(514)	-	-	-
FORÇA EÓLICA DO BRASIL	Reembolso de despesa	-	308	-	-	-	-
		-	308	-	-	-	-
Neoenergia S.A.	Contrato de Mútuo	-	-	(193)	-	7.824	-
		-	-	(193)	-	7.824	-

13 Gestão de Risco Financeiro

Em atendimento à Deliberação CVM nº 604, de 19 de novembro de 2009, que aprovou os Pronunciamentos Técnicos CPC 38, 39 e 40, a Companhia efetuou uma avaliação de seus instrumentos financeiros.

Considerações Gerais e Políticas

A administração dos riscos financeiros da Companhia segue o proposto na Política Financeira do Grupo que foi aprovada pelo Conselho de Administração da holding. Dentre os objetivos dispostos na Política estão: proteção de 100% da dívida em moeda estrangeira, o financiamento dos investimentos da Companhia com Bancos de Fomento, alongamento de prazos, desconcentração de vencimentos e diversificação de instrumentos financeiros. Além dessa Política a empresa monitora seus riscos através de uma gestão de controles internos que tem como objetivo o monitoramento contínuo das operações contratadas, proporcionando maior controle das operações realizadas pelas empresas do grupo.

Ainda de acordo com a Política Financeira, a utilização de derivativos tem como propósito único e específico de proteção com relação a eventuais exposições de moedas ou taxas de juros.

Com relação às aplicações financeiras, a Companhia segue a Política de Crédito do Grupo que estabelece limites e critérios para avaliação e controle do risco de crédito ao qual a empresa pode estar exposta. De acordo com essa política, a seleção das instituições financeiras considera a reputação das instituições no mercado e as operações são realizadas ou mantidas apenas com emissores que possuem *rating* considerado estável ou muito estável.

Gestão do Capital Social

A Companhia promove a gestão de seu capital através de políticas que estabelecem diretrizes qualitativas aliadas a parâmetros quantitativos que visam a monitorar seu efetivo cumprimento.

A gestão do capital consiste em estabelecer níveis de avançamento que maximizam valor para a empresa, considerando o benefício fiscal da dívida, o custo de endividamento e todos os diversos aspectos envolvidos na definição da estrutura ótima de capital.

Não houve alterações dos objetivos, políticas ou processos durante os períodos de 31 de dezembro de 2012 e 2011.

Em 31 de dezembro de 2012, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:

- Caixa e Equivalentes de caixa - são classificados como mantido para negociação. O valor justo está refletido nos valores registrados nos balanços patrimoniais;
- Títulos e valores mobiliários - são classificados como mantidos até o vencimento, e registrados contabilmente pelo custo amortizado. Além disso, os títulos e valores mobiliários também representam os fundos exclusivos compostos por papéis com vencimentos no longo prazo, sendo registrados, a valor justo por meio do resultado, e classificados como destinados para negociação imediata;
- Contas a receber de clientes e outros - decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como empréstimos e recebíveis, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável;
- Fornecedores - decorrem diretamente das operações da Companhia e são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo;
- Empréstimos, financiamentos - O principal propósito desse instrumento financeiro é gerar recursos para financiar os programas de expansão da Companhia e eventualmente gerenciar as necessidades de seus fluxos de caixa no curto prazo.
- Empréstimos, financiamentos em moeda nacional com o BNDES - são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais, e atualizados pela taxa efetiva de juros da operação. Os valores de mercado destes empréstimos são equivalentes aos seus valores contábeis. Trata-se de instrumentos financeiros com características oriundas de fontes de financiamento específicas para financiamento de investimentos em geração de energia, com custos subsidiados, atrelados à TJLP - Taxa de Juros do Longo Prazo ou com taxas prefixadas, e do capital de giro da Companhia, com custos atrelados à CDI - Certificado de Depósito Interbancário.

O quadro a seguir apresenta os valores dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2012 e 2011 e o nível de mensuração do valor justo por meio do resultado, de acordo com a CPC 40:

	Ativos (Passivos)			
	31/12/12	31/12/11		
	Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Ativo				
Caixa e equivalentes de caixa	7.687	7.687	5.534	5.534
Títulos e valores mobiliários	322	322	714	714
Passivo				
Fornecedores	(2.399)	(2.399)	-	-
Demais empréstimos e financiamentos em moeda nacional	(52.642)	(52.642)	-	-

CPC 40 Níveis de Hierarquia do Valor Justo

- Nível 1 - Mercado Ativo: Preço cotado (sem ajustes) em mercado;
- Nível 2 - Sem Mercado Ativo: outros dados além dos cotados em mercado (Nível 1) que podem precificar as obrigações e direitos, direta (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços); e
- Nível 3 - Sem Mercado Ativo: dados para precificação não presente em mercado.

Fatores de risco

- Riscos financeiros

- Risco de taxa de juros

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado, ou diminuam a receita financeira relativas às aplicações financeiras da Companhia. Ainda assim, a Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas.

A Companhia possuía, em 31 de